

Especial Dia das Crianças: Proteção, Respeito e Cuidado Dentro e Fora de Casa
Por uma infância livre de preconceitos e violência:
o que a escola, a família e a ciência têm a nos ensinar

Dra. Ana Raquel Rosas Torres

1. Olhar para as Crianças Além do Dia 12 de Outubro

Quando o mês de outubro se aproxima, as vitrines se enchem de brinquedos coloridos, os comerciais de televisão transbordam sorrisos e as redes sociais ficam lotadas de homenagens fofas para os pequenos. O Dia das Crianças é, sem dúvida, uma data festiva e alegre. Mas, se pararmos para observar o cotidiano real das nossas infâncias brasileiras, perceberemos que o melhor presente que podemos oferecer às nossas crianças não custa dinheiro em uma prateleira de loja: chama-se **proteção, respeito e oportunidade de crescer em paz.**

Ser criança no Brasil de hoje é vivenciar um mundo em constante transformação, mas ainda repleto de desafios invisíveis e dolorosos. Por trás da inocência das brincadeiras no parque, muitas crianças lidam diariamente com a dor do preconceito — seja pelo tom da sua pele, pela sua origem social ou por suas características neurodivergentes — e com o medo silencioso de abusos e violências que ocorrem, muitas vezes, onde elas deveriam se sentir mais seguras.

Como adultos — pais, mães, cuidadores, educadores e membros da sociedade —, costumamos acreditar que as crianças não percebem as mazelas do mundo dos adultos. Gostamos de pensar que o universo infantil é uma bolha mágica imune ao racismo, à exclusão e à violência. No entanto, a ciência e a realidade dos fatos insistem em nos dar um choque de realidade: as crianças não apenas percebem tudo o que acontece ao seu redor, como também absorvem, sentem e organizam suas identidades com base nas mensagens que recebem diariamente de nós.

Nesta edição especial do nosso Newsletter, fazemos um convite à reflexão profunda. Vamos conversar, de forma aberta e sem rodeios, sobre temas delicados, mas extremamente urgentes: como o preconceito racial e de classe se manifesta na infância,

a grave realidade do abuso e da violência sexual infantil, e como a parceria entre a família e a escola é a chave fundamental para salvaguardar o futuro das nossas crianças.

2. A Infância Não É Color de Rosa: O Preconceito Visto pelos Olhos das Crianças

É muito comum ouvirmos frases como: "*Criança não tem preconceito, isso é coisa de adulto*" ou "*Elas nem reparam na cor da pele da outra*". Essa ideia, embora bem-intencionada, é um grande mito que nos impede de atuar preventivamente.

Desde muito cedo, os pequenos estão atentos a como o mundo funciona. Eles observam quem é retratado como o "herói" ou a "princesa" nos desenhos animados, quem ocupa as posições de autoridade nos espaços que frequentam, como os coleguinhas são tratados na sala de aula e até como os próprios adultos em casa reagem diante de pessoas diferentes.

Estudos no campo da psicologia social demonstram que o desenvolvimento da identidade e a percepção de diferenças raciais ocorrem muito antes do que a maioria dos adultos imagina. A pesquisa realizada por Silva et al. (2022) destaca que o efeito do tom da pele desempenha um papel crucial na construção da identidade racial em crianças. Meninos e meninas pretos e pardos percebem visualmente e socialmente as gradações da cor da pele e atribuem valores a essas diferenças a partir das experiências cotidianas. Em uma sociedade estruturada pelo racismo, tons de pele mais escuros são, lamentavelmente, associados com maior frequência a estereótipos negativos ou à rejeição social, o que impacta diretamente a autoestima e o sentimento de pertencimento da criança desde os primeiros anos de vida (Silva et al., 2022).

Mas o preconceito na infância não se limita à raça; ele se entrecruza de forma marcante com a classe social. Na tese de doutorado desenvolvida por Ramalho (2016), investigou-se como o preconceito racial e de classe social se manifesta em crianças e o papel mediador que os valores humanos exercem nesse processo. A pesquisadora observou que as crianças absorvem e reproduzem hierarquias sociais, fazendo distinções sobre quem é "legal", "bonito" ou "confiável" com base no status socioeconômico e no pertencimento racial (Ramalho, 2016). A boa notícia trazida por esse tipo de investigação é que a promoção de valores humanos universais — como a

empatia, o altruísmo, a justiça social e a igualdade — atua como um poderoso escudo e mediador na redução de atitudes preconceituosas na infância (Ramalho, 2016).

Casos da Imprensa: O Preconceito que dói na Vida Real

Para entender como essas pesquisas teóricas se traduzem na prática diária, basta olharmos para as notícias que estampam os jornais do país. Casos de discriminação racial em ambiente escolar ou em espaços de lazer são assustadoramente frequentes.

Um exemplo emblemático ocorreu em uma renomada escola particular da cidade de São Paulo, onde duas filhas do ator Lázaro Ramos e da atriz Taís Araújo foram vítimas de comentários racistas proferidos por colegas de turma (G1 SP, 2024). O episódio gerou intensa comoção nacional e reacendeu o debate sobre como o ambiente escolar — mesmo em instituições de elite com acesso a recursos pedagógicos avançados — ainda falha em coibir o racismo interpessoal entre crianças e adolescentes. Se crianças filhas de personalidades públicas de grande visibilidade enfrentam o peso da discriminação no ambiente de ensino, o que dizer das milhares de crianças negras anonimamente expostas ao preconceito diário nas periferias e escolas públicas de todo o Brasil?

Essas atitudes não surgem do nada. As crianças repetem padrões que ouvem em piadas "inocentes" em casa, na internet ou nas ruas. Quando a família e a escola se omitem, o preconceito ganha espaço para se naturalizar.

3. O Chão da Escola: Marcadores de Exclusão e Sucesso Escolar

Se a infância é o momento em que descobrimos o mundo, a escola é o primeiro grande palco social onde essa descoberta acontece. É na sala de aula e no pátio do recreio que a criança aprende a conviver com o diferente, a fazer amizades e a construir sua noção de cidadania. Contudo, para muitas crianças negras, a experiência escolar pode ser marcada por um processo contínuo de sutil exclusão e desvalorização.

Analisando a relação entre racismo e escolarização, Matos e França (2023) investigaram as diversas formas e as consequências do racismo na trajetória escolar de estudantes negros. As autoras apontam que a discriminação no ambiente educacional

raramente se manifesta apenas por meio de ofensas verbais explícitas. Na maioria das vezes, o racismo opera de forma velada e institucional:

1. **Expectativas Diferenciadas dos Educadores:** Sem perceber, muitos professores reproduzem o viés inconsciente de acreditar que alunos brancos são mais "capazes" ou "dedicados" do que alunos negros, dedicando-lhes mais atenção e incentivo (Matos & França, 2023).
2. **Invisibilidade Curricular:** A história, a cultura e a literatura afro-brasileira ainda são tratadas como tópicos secundários ou restritas ao mês de novembro (Consciência Negra), impedindo que a criança negra se veja representada de forma positiva, potente e diversa nos livros didáticos (Matos & França, 2023).
3. **Isolamento nas Interações Sociais:** Durante as atividades em grupo e os momentos de lazer, crianças negras frequentemente enfrentam a rejeição dos pares, sendo as últimas a serem escolhidas para equipes de jogos ou brincadeiras afetuosas (Matos & França, 2023).

As consequências dessas vivências a longo prazo são devastadoras: queda no rendimento escolar, desmotivação, sentimento de inadequação e, em casos mais graves, a evasão escolar precoce (Matos & França, 2023). A escola que deveria ser um porto seguro para o desenvolvimento do potencial humano acaba, inadvertidamente, tornando-se um espaço de dor e silenciamento.

4. O Papel da Família e a Socialização Étnico-Racial

Diante desse cenário complexo, surge a pergunta inevitável: *onde começa a transformação?* A resposta da ciência é categórica: começa em casa, no seio da estrutura familiar.

Em uma ampla revisão sistemática da literatura sobre a socialização étnico-racial e o racismo nas famílias brasileiras, Moreira-Primo e França (2026) mapearam como os pais e cuidadores lidam com o tema da raça com seus filhos. O conceito de **socialização étnico-racial** refere-se ao conjunto de práticas, conversas, atitudes e valores que as famílias transmitem às crianças sobre o significado de pertencermos a

um determinado grupo racial e sobre como navegar em um mundo onde o racismo existe (Moreira-Primo & França, 2026).

A pesquisa demonstra que as famílias brasileiras adotam diferentes estratégias de socialização, que podem ser resumidas em quatro grandes abordagens:

1. **Promovendo o Orgulho Cultural:** As famílias ensinam a história positiva de seus ancestrais, valorizam os traços físicos da criança (como o cabelo crespo e o tom de pele), consomem literaturas com personagens negros e celebram a diversidade cultural (Moreira-Primo & França, 2026).
2. **Preparação para o Preconceito:** Os pais conversam abertamente com os filhos sobre a existência do racismo, alertando-os sobre situações de discriminação que possam vir a sofrer e ensinando estratégias emocionais e comportamentais para se defenderem e buscarem ajuda (Moreira-Primo & França, 2026).
3. **Promoção da Igualdade Universal:** Enfatiza-se que "somos todos iguais por dentro" e que a cor da pele não deve importar. Embora seja uma mensagem humanista positiva, se usada isoladamente, pode impedir que a criança compreenda as desigualdades reais do mundo (Moreira-Primo & França, 2026).
4. **Silêncio ou "Daltonismo Racial":** Famílias que evitam tocar no assunto por medo, desconforto ou por acreditarem que "falar sobre racismo atrai o racismo". O estudo alerta que o silêncio **não** protege a criança; ao contrário, deixa-a desarmada e sem vocabulário para entender a discriminação quando ela inevitavelmente acontecer (Moreira-Primo & França, 2026).

Conversar sobre raça, diversidade e preconceito não é "perder a inocência" da infância, mas sim equipar a criança com inteligência emocional, empatia e capacidade crítica para se tornar um adulto justo e consciente.

5. Uma Ferida Aberta: A Violência Sexual Contra Crianças

Se o preconceito é uma violência que fere a alma e a identidade da criança, existe outra forma de violência que atinge o próprio corpo e a integridade psíquica dos pequenos de forma aterradora: o abuso e a exploração sexual infantil.

Falar sobre violência sexual contra crianças é extremamente desconfortável. É o tipo de assunto que a sociedade prefere empurrar para debaixo do tapete. Contudo, fechar os olhos para essa ferida social apenas fortalece os agressores e deixa os nossos meninos e meninas indefesos.

Diferente do que o imaginário popular e os filmes de suspense costumam retratar, o "homem do saco" ou o "estranho no beco escuro" representa uma minoria ínfima dos casos de violência sexual. A estatística oficial do Brasil e os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam uma realidade chocante: a imensa maioria dos abusos sexuais contra crianças acontece dentro de casa, cometida por pessoas conhecidas, vinculadas à família e que gozam da confiança da vítima (pais, padrasto, tios, avôs, vizinhos ou cuidadores).

O Caso do Rio de Janeiro: A Crueldade Sob o Teto Familiar

Para ilustrar a gravidade e o padrão desse tipo de crime, vale relembrar um caso estarrecedor noticiado pela imprensa brasileira. Um homem foi preso na Zona Oeste do Rio de Janeiro sob a acusação de estupro de vulnerável continuado contra suas três enteadas pequenas ao longo de anos (G1 Rio, 2024). A investigação policial revelou que os abusos ocorriam no ambiente doméstico, enquanto a mãe trabalhava fora, e que o agressor utilizava ameaças veladas e manipulação psicológica para manter as crianças em silêncio (G1 Rio, 2024).

Esse caso não é uma exceção trágica; é o padrão típico do abuso sexual infantil. O agressor cria uma teia de segredo, chantagem emocional, presentes e ameaças ("*se você contar, sua família vai acabar*", "*ninguém vai acreditar em você*"), fazendo com que a criança se sinta culpada, confusa e sem saída.

6. O Papel da Educação Infantil no Enfrentamento ao Abuso

Diante de um crime que acontece entre quatro paredes e sob a lei do silêncio, qual instituição tem a capacidade e o dever ético de romper esse ciclo de violência? A resposta é: a Educação Infantil.

Para crianças bem pequenas, a creche e a pré-escola são, muitas vezes, o único espaço socializador fora da dinâmica familiar. É na escola que a criança tem contato com outros adultos de referência que podem notar mudanças bruscas de comportamento, marcas físicas ou desabafos espontâneos.

Em uma relevante investigação sobre o tema, Oliveira e Braz Aquino (2024) analisaram o papel da Educação Infantil no enfrentamento ao abuso sexual de crianças, focando nas concepções e práticas dos profissionais de ensino. As autoras identificaram que, embora os educadores reconheçam a extrema gravidade do problema, muitos se sentem inseguros, despreparados ou temerosos em intervir ao suspeitarem de um caso (Oliveira & Braz Aquino, 2024). A falta de formação continuada e o medo de retaliações por parte das famílias dos alunos ainda se colocam como barreiras significativas na atuação docente (Oliveira & Braz Aquino, 2024).

Complementando essa análise, Oliveira e Braz Aquino (2026) debruçaram-se sobre os documentos normativos e orientadores que regem o combate à violência sexual no contexto da Educação Infantil. O estudo destaca que o Brasil possui uma legislação avançada — como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei da Escuta Protegida (Lei nº 13.431/2017) —, mas existe um grande abismo entre o que está escrito nas leis e o que efetivamente chega ao cotidiano das salas de aula (Oliveira & Braz Aquino, 2026).

Para que a Educação Infantil atue como uma verdadeira rede de proteção, Oliveira e Braz Aquino (2026) defendem que a escola precisa implementar ações permanentes em três eixos centrais:

- **Pedagogia do Cuidado e Autoproteção:** Ensinar às crianças pequenas, de forma lúdica e adequada à sua faixa etária, as partes do seu corpo (usando os nomes corretos), a diferença entre um carinho afetuoso e um "toque inadequado", e o conceito de que o seu corpo é um espaço sagrado que ninguém pode violar (Oliveira & Braz Aquino, 2026).
- **Capacitação dos Profissionais de Educação:** Treinar professores, cuidadores e merendeiras para identificar os sinais não verbais de abuso (como regressão de comportamento, agressividade repentina, hipersexualização incompatível

- com a idade, isolamento ou medo de voltar para casa) (Oliveira & Braz Aquino, 2024).
- **Articulação com a Rede de Proteção:** Garantir que a escola saiba como acionar de forma rápida e sigilosa o Conselho Tutelar e o Ministério Público, sem hesitação ou constrangimento (Oliveira & Braz Aquino, 2026).

7. Diversidade na Infância: Incluindo Crianças Autistas e Suas Famílias

Quando falamos em proteger e acolher a infância em toda a sua amplitude, não podemos deixar de lado a neurodiversidade. Crianças com deficiências ou transtornos do desenvolvimento sofrem uma dupla vulnerabilidade: estão mais expostas ao preconceito e à exclusão social e, lamentavelmente, apresentam riscos significativamente maiores de sofrerem abusos físicos e sexuais devido às dificuldades de comunicação e dependência de cuidadores.

No estudo desenvolvido por Silva, Salomão e Braz Aquino (2024), examinou-se a experiência de pais e mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, formulada pelo psicólogo Urie Bronfenbrenner. Essa teoria ensina que o desenvolvimento da criança não acontece no vácuo; ele é moldado pelas interações diretas e indiretas entre diferentes sistemas: o ambiente imediato (família, escola), as conexões entre esses ambientes (relação pais-professores) e o contexto cultural e social mais amplo (leis, preconceitos, políticas públicas) (Silva et al., 2024).

Os resultados da pesquisa de Silva et al. (2024) revelam que a chegada do diagnóstico de autismo mobiliza intensamente a estrutura familiar. Os pais enfrentam uma jornada exaustiva que vai desde o luto pelo "filho idealizado" até a busca frenética por terapias, adaptação escolar e aceitação social (Silva et al., 2024). No entanto, o maior obstáculo relatado pelas famílias de crianças autistas não é o transtorno em si, mas sim o capacitismo e a falta de empatia da sociedade (Silva et al., 2024).

Muitas vezes, em parquinhos, festas infantis ou salas de aula, a criança autista em crise sensorial é rotulada como "mal-educada", e seus pais são sumariamente julgados por adultos que desconhecem a neurodiversidade. A verdadeira inclusão exige

que famílias de crianças neurotípicas conversem com seus filhos sobre o respeito às diferenças individuais, ensinando-os a acolher o colega que não fala, que não faz contato visual ou que se estimula de forma diferente durante a brincadeira (Silva et al., 2024).

8. Escola e Família: Uma Aliança Inegociável

Ao longo desta reflexão, fica evidente que nem a escola sozinha, nem a família isoladamente, conseguem dar conta da complexa tarefa de proteger e educar uma criança para o mundo contemporâneo. A edificação de uma infância segura e saudável depende, obrigatoriamente, de uma ponte sólida de confiança e colaboração entre o lar e a instituição de ensino.

Quando a escola e a família entram em conflito ou se distanciam, quem perde é a criança. Quando caminhamos lado a lado, criamos uma rede imbatível de proteção.

Guia Prático para Famílias e Educadores

Como podemos transformar os achados da ciência e os alertas da imprensa em atitudes concretas no nosso dia a dia? Abaixo, organizamos um conjunto de diretrizes práticas baseadas na literatura científica consultada nesta edição:

Ações para a Família (Em Casa)	Ações para a Escola (Na Sala de Aula)
Conversar Abertamente sobre o Corpo: Desde cedo, ensine o nome correto das partes do corpo. Deixe claro que ninguém pode tocar nas suas partes íntimas e que a criança nunca deve guardar "segredos" que a deixem desconfortável ou com medo (Oliveira & Braz Aquino, 2026).	Promover Educação Preventiva: Incorporar no currículo pedagógico, de forma adequada a cada idade, projetos sobre autoproteção, respeito ao próprio corpo e limites interpessoais (Oliveira & Braz Aquino, 2024).
Praticar a Socialização Racial Positiva: Apresente brinquedos, livros, filmes e referências que valorizem a diversidade étnico-racial. Se seu filho testemunhar ou reproduzir um ato preconceituoso, não finja que não ouviu; converse com carinho	Adotar uma Prática Antirracista Transversal: Cumprir efetivamente a legislação que exige o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena durante todo o ano letivo, valorizando a literatura

Ações para a Família (Em Casa)	Ações para a Escola (Na Sala de Aula)
e firmeza sobre o impacto do racismo (Moreira-Primo & França, 2026; Ramalho, 2016).	e os saberes de matriz africana (Matos & França, 2023).
Ouvir com Empatia e Sem Julgamento: Crie um ambiente em que a criança se sinta segura para contar qualquer coisa. Se ela relatar algo estranho que aconteceu na escola ou com algum parente, escute sem brigar ou duvidar (Silva et al., 2024).	Formar a Equipe de Forma Continuada: Promover capacitações periódicas para professores e funcionários sobre a identificação de sinais sutis de violência doméstica e abuso sexual infantil (Oliveira & Braz Aquino, 2024).
Acolher a Neurodiversidade: Ensine seus filhos a incluírem colegas com deficiência ou autismo nas brincadeiras. Seja o primeiro exemplo de empatia no parquinho ou no condomínio (Silva et al., 2024).	Construir Ambientes Inclusivos: Garantir plano de atendimento educacional especializado (AEE) e adaptações pedagógicas reais para alunos neurodivergentes, combatendo o capacitismo no ambiente escolar (Silva et al., 2024).

9. O Melhor Presente para o Dia das Crianças

Chegamos ao final desta reflexão retornando à provocação inicial: **o que realmente significa celebrar o Dia das Crianças?**

Dar brinquedos, organizar festas e passeios divertidos é excelente e faz parte do colorido da infância. No entanto, esses gestos perdem todo o sentido se nos esquecermos de garantir aos nossos meninos e meninas os direitos humanos mais básicos e inegociáveis: o direito de não serem discriminados pela cor da sua pele, o direito de verem sua identidade valorizada, o direito de brincar sem medo do preconceito de classe ou do capacitismo, e o direito sagrado de terem seus corpos e mentes protegidos contra qualquer tipo de abuso ou exploração.

Neste 12 de outubro, convidamos você — leitor, pai, mãe, educador, cidadão — a assumir um compromisso renovado com as infâncias do nosso país. Olhar para uma criança deve ser um ato de profunda responsabilidade ética. Significa perguntar a si

mesmo: *Que tipo de mundo estamos construindo para elas? E que tipo de adultos estamos formando para o mundo?*

Que possamos ser a geração de adultos que escuta com atenção, que acolhe com amor, que denuncia a violência e que não se cala diante do preconceito. Este é o único caminho possível para garantir que o sorriso no rosto de cada criança brasileira não seja apenas a pose passageira de uma foto de comemoração, mas sim o reflexo genuíno de uma vida plena, segura, livre e feliz.

Referências Bibliográficas

G1 Rio. (2024, 15 de maio). *Homem é preso acusado de estuprar as três enteadas na Zona Oeste do Rio*. G1. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/15/homem-presos-estupro-enteadas-rio.ghtml>

G1 SP. (2024, 10 de junho). *Escola de SP investiga relato de racismo contra filhas dos atores Lázaro Ramos e Taís Araújo*. G1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/10/escola-investiga-racismo-filhas-lazaro-ramos-tais-araujo.ghtml>

Matos, P. M., & França, D. X. de. (2023). Racismo e escolarização: Formas e consequências na trajetória escolar de alunos negros. *Contexto & Educação*, 38, e10888. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2023.38.e10888>

Moreira-Primo, U. S., & França, D. X. de. (2026). Socialização Étnico-Racial e Racismo nas Famílias Brasileiras: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Cadernos de Psicologia*, 6, 1-27.

Oliveira, M., & Braz Aquino, F. de S. (2024). O papel da Educação infantil no enfrentamento ao abuso sexual de crianças: concepções e práticas profissionais. *Revista Debates Insubmissos*, 7(27), 342-360.

Oliveira, M., & Braz Aquino, F. de S. (2026). Educação infantil e documentos que orientam o enfrentamento ao abuso sexual de crianças. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, 31, 1-16.

Ramalho, J. V. G. (2016). *Preconceito racial e de classe social em crianças: o papel mediador dos valores humanos* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional UFPB.

Silva, J. A., Costa, R. de C. da S., Lima-Nunes, A., & França, D. X. de. (2022). O efeito da cor de pele na construção da identidade racial em crianças. *Cuadernos de Psicología*, 23, e1777.

Silva, L. A. P., Salomão, N., & Braz Aquino, F. de S. (2024). Transtorno do Espectro Autista e experiências parentais: contribuições da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. *Interação em Psicologia (Online)*, 28, 291-300.

João Pessoa, 7 de outubro de 2026